



Concurso Público Fiocruz 2023

Pesquisador em Saúde Pública

Prova Discursiva

PE 37

Planejamento, Financiamento e Modelos de Gestão e Atenção à Saúde

Espelho de Resposta

Pontuação de cada Questão Discursiva conforme Anexo II do Edital nº 3, de acordo com a Unidade detentora da vaga.

Espera-se que o candidato, no desenvolvimento do tema, tenha feito considerações técnicas adequadas sobre os seguintes pontos:

Questão 01

a) A configuração institucional da governança do SUS é composta por instâncias e mecanismos oficiais de compartilhamento de poder que asseguram a participação dos Estados e Municípios na elaboração das políticas e programas, no planejamento nacional, na alocação de recursos financeiros e na tomada das principais decisões que afetam os rumos da política de saúde no País. Em resumo, na dimensão federativa, a governança entre esferas se dá por meio das comissões intergestores tripartite e bipartite. O funcionamento de cada comissão se inicia nas câmaras técnicas, que são grupos de trabalho de técnicos da União, Estados e Municípios, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) no caso da CIT; e Estados e Municípios, no caso da CIB. As câmaras técnicas se reúnem a partir de uma necessidade de saúde para definir padrões de intervenção, programas, projetos ou estratégias de atuação, bem como suas fontes de financiamento. Participam ainda os fundos de saúde nas 3 esferas. A participação social nas nos Conselhos e Conferências de saúde.

Desde a década de 1980 e com maior ênfase na década de 1990, observa-se uma importante mudança nas preferências de pesquisadores, políticos e dirigentes no setor público por adotar contratos de metas nas relações entre financiamento governamental e agentes privados. Abordar a influência da *New Public Management* – *NPM*. Planejamento por objetivos e metas sob um regime de monitoramento e avaliação. Adoção do planejamento-programa - Plano Plurianual (PPA). Difusão dos contratos de gestão como elemento mediador de relações entre governos e prestadores privados não-lucrativos. Maior relacionamento com setor privado. Parcerias Público Privado (PPP). Contratos de Pagamento por Sucesso. Organizações Sociais.

b) Princípios do planejamento governamental no SUS:

- Princípio 1: o planejamento consiste em uma atividade obrigatória e contínua;
- Princípio 2: o planejamento no SUS deve ser integrado à Seguridade Social e ao planejamento governamental geral;

- Princípio 3: o planejamento deve respeitar os resultados das pactuações entre os gestores nas comissões intergestores regionais, bipartite e tripartite;
- Princípio 4: o planejamento deve estar articulado constantemente com o monitoramento, a avaliação e a gestão do SUS;
- Princípio 5: o planejamento deve ser ascendente e integrado;
- Princípio 6: o planejamento deve contribuir para a transparência e a visibilidade da gestão da saúde;
- Princípio 7: o planejamento deve partir das necessidades de saúde da população

Fonte: Manual de planejamento no SUS / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – 1. ed., rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 138 p.: il. – (Série Articulação Interfederativa ; v. 4)

Questão 02

- a) O modelo teórico de Kingdon (Modelo de Múltiplos Fluxos) propõe que o processo de tomada de decisão nas políticas públicas poderia ser representado pela confluência de três grandes fluxos dinâmicos: o fluxo de problemas (*problem stream*), o fluxo de soluções (*policy stream*) e o fluxo político (*political stream*).
- Primeiro fluxo: Fluxo de Problemas (*Problem Stream*). O Fluxo de Problemas analisa como as questões são levadas a compor a agenda do governo.
 - Segundo fluxo: Fluxo de Soluções (*Policy Stream*). O Fluxo de Soluções inclui o conjunto de alternativas e soluções em disputa na rede de políticas públicas.
 - Terceiro fluxo: Fluxo Político (*Political Stream*). O Fluxo Político possui dinâmica e regras próprias, independente do reconhecimento de problemas ou das alternativas disponíveis.
 - Janela de oportunidade (*Policy windows*)
- b) Principais desafios a serem considerados na elaboração de políticas públicas:
- Falta de profissionais de saúde
 - Infraestrutura inexistente ou deficitária
 - Indicadores de saúde menos favoráveis do que os do restante do país
 - Longas distâncias e logística complexa
 - Vazios demográficos
 - Insuficiência de serviços e de infraestrutura em saneamento
 - Recursos financeiros escassos e custos mais elevados
 - Ausência ou má qualidade de dados e informações
 - Baixa articulação institucional e planejamento regional
 - Diversidade linguística e cultural

FONTES:

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação: o processo de formação da agenda. **CAPELLA, ACN Formulação de políticas. Brasília: Enap**, p. 13-70, 2018.

CRUZ, Adriana Inhudes Gonçalves da et al. **Saúde na Amazônia Legal: diagnóstico e propostas de atuação para o BNDES**. 2022.

GÖTTES, L. B. D. et al. O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites. **Revista Saúde Soc.** São Paulo, v.22, n.2, p.511-520, 2013

PEREIRA, L. L.; PACHECO, L.. **O desafio do Programa Mais Médicos para o provimento e a garantia da atenção integral à saúde em áreas rurais na região amazônica**, Brasil. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 21, p. 1181–1192, 2017.

ROCHA, Rudi et al. **A saúde na Amazônia legal: evolução recente e desafios em perspectiva comparada**. Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, 2021.

VIANA, A. L. D'ÁVILA. et al.. Sistema de saúde universal e território: desafios de uma política regional para a Amazônia Legal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S117–S131, 2007.